



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

**TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA<sup>1</sup>**

**LESLIANE CAPUTI<sup>2</sup>**

**GABRIELE PONCIANO DA SILVA<sup>3</sup>**

**GLAUCIA DE ALMEIDA RAMOS<sup>4</sup>**

**BEATRIZ ALVES ARAUJO<sup>5</sup>**

### **RESUMO**

Este ensaio teórico, construído coletivamente, calcado no legado marxiano e nos acúmulos do Serviço Social renovado, traz reflexões sobre grupos de estudos/pesquisa e os fundamentos do Serviço Social, considerando as tendências e desafios contemporâneos. Expressa a importância de tais grupos para o fortalecimento do Serviço Social como profissão e área de conhecimento.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Grupos de Estudos/Pesquisas. Formação Profissional.

### **RESUMEN**

Este ensayo teórico, construido colectivamente, a partir del legado marxista y los acervos del Trabajo Social renovado, trae reflexiones sobre los grupos de estudio/investigación y los fundamentos del Trabajo Social, considerando las tendencias y desafíos contemporâneos. Se expresa la importancia de este tipo de grupos para el fortalecimiento del Trabajo Social como profesión y área de conocimiento.

**Palabras clave:** Trabajo Social. Grupos de Estudio/Investigación. Formación profesional.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo

<sup>2</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde

<sup>4</sup> Centro de Atenção Psicossocial I

<sup>5</sup> Unidade de Pronto Atendimento



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## I. Ponto de partida

*Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo, se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenho para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.*

*(Paulo Freire. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**)*

Nos embalos das contribuições de Paulo Freire, e imbuídos/as da perspectiva de que é necessário defendermos e construirmos uma educação crítica, transformadora e contra-hegemônica para formarmos sujeitos pensantes e comprometidos/as com valores democráticos e emancipatórios, iniciamos estas reflexões destacando que é axiomática a importância de grupos de estudos e pesquisas para a profissão, tanto no contexto da formação como do trabalho profissional, considerando que o caráter político-acadêmico-científico destes espaços, trazem contribuições incontestes para o avanço da produção de conhecimento na área; para o desvelamento da realidade social numa perspectiva crítica e de totalidade histórica; para a elaboração de estratégias profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais; bem como para a desnaturalização dos estigmas sociais, culturais e políticos. Qualificando e robustecendo, desta forma, não apenas a formação e o trabalho profissional, mas a direção sociopolítica estratégica construída pela profissão nas últimas quatro décadas, que, tal como aludido por Mota e Rodrigues (2020, p. 201), trata-se de “uma nova direção política, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país.”

Esta direção é caudatária do processo de renovação profissional no Brasil, visto que o acúmulo forjado durante essas décadas no interior da profissão, possibilitou a construção de uma maturidade teórica, ética e política que desembocou também numa vasta produção intelectual crítica, de inspiração marxista, que se expressa hoje não apenas enquanto resistência teórico-política e ideológica no campo das ciências sociais, como também eleva o Serviço Social enquanto uma área de produção do conhecimento (Mota, 2016). Nesse aspecto, importa destacar que os grupos de estudos e pesquisas têm papel preponderante nesta construção, pois configuram-se como espaços democráticos, de liberdade de participação e coletivos de construção pedagógica de conhecimentos, reafirmando o legado edificado pelo Serviço Social renovado, que é orientado por uma cultura profissional compromissada com valores

emancipatórios, libertários e fundamentalmente, pautado pela recusa e crítica ao conservadorismo (Netto, 1999).

Aqui, num aspecto ainda introdutório, vale enfatizar, que todo este debate articula-se às Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, p.18), que tem a “investigação como dimensão constitutiva do trabalho profissional e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional”, possibilitando, assim, o adensamento de análises críticas sobre os espaços sócio-ocupacionais, por exemplo, e as possíveis transfigurações destes frente o contexto de precarização e ofensiva neoliberal que atacam os valores e as práticas sociais democráticas e emancipatórias.

A crise do capitalismo maduro, o exacerbado crescimento do ‘irracionalismo da miséria’ e o avanço do conservadorismo, exigem cada vez mais leituras críticas e calcadas na realidade, pois dependendo do modo como os espaços são ocupados, e considerando os impactos da crescente ‘miséria da razão’ na formação, na produção acadêmica e nas políticas institucionais, o/a assistente social pode ser capturado/a por lógicas que divergem de valores éticos e políticos que fundamentam a formação e o exercício profissional, pautados na tradição marxista que sustenta o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Dessa maneira, os grupos de estudos e pesquisas coerente com a cultura crítica/emancipatória da profissão, e tão logo, com o projeto de formação profissional pautado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, utilizam-se, acentuadamente, da dimensão investigativa, e assim, interpretam os avanços no seio da profissão e resistem ao caudatário conservadorismo.

Neste interregno conceitual, trazemos à baila algumas reflexões sobre grupos de estudos e pesquisas e o debate dos fundamentos do Serviço Social, considerando as tendências e desafios contemporâneos. Partimos assim, da perspectiva hegemônica que compreende a importância destes grupos para o fortalecimento do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, haja vista se constituírem como espaços formativos e investigativos para o aprimoramento do trabalho profissional em sintonia com a práxis e a cultura crítica de ruptura com o conservadorismo.

## **II. A *virada* na história do Serviço Social brasileiro: conquistas emancipatórias da nova cultura profissional**

O avanço da *intenção de ruptura* (Netto, 2009) com o conservadorismo no interior do Serviço Social, é traduzido por uma “nova cultura profissional progressista, forjada pela profissão na crise da ditadura de 1964, e que permitiu a elaboração de um projeto profissional comprometido com a emancipação humana” (Mota; Rodrigues, 2020, p.199). Foi a aproximação com o legado marxiano e a tradição marxista que sustentou e sustenta a conformação desta cultura progressista, a qual “incidiu concretamente nos traços típicos da origem conservadora” (*idem*) do Serviço Social.

Tal conservadorismo perpetrou historicamente o desenvolvimento da profissão no contexto brasileiro, em que por mais de 80 anos de Serviço Social, é notória a abrangência de diversas matizes teóricas que recompõe tal conservadorismo no interior da profissão – com exceção da *intenção de ruptura* que em mais de 40 anos é hegemônica na categoria – das quais destacam-se tendências vinculadas ao tomismo-netomismo; positivismo (funcionalismo-estruturalismo); fenomenologia, pós-modernidade (neoconservadorismo).

Se, por um lado, esse lastro conservador na história da profissão, pode ser compreendido pela própria particularidade da emergência do Serviço Social no país, haja vista a relação de continuidade entre a profissão e suas formas filantrópicas e assistenciais, de outro, é fundamental destacar que apesar de explicável, esta relação de continuidade não fornece as evidências para o entendimento da sua profissionalização. É fato que a gênese da profissão está fundamentalmente imbricada com a Doutrina Social da Igreja Católica que, através de ações de caridade e em articulação com o Estado e a burguesia, imprimiu um *ethos* para profissão calcado no moralismo, no tradicionalismo e no pensamento conservador religioso.

Netto (2001) aponta, contudo, que a análise da constituição da profissão enquanto um simples produto de continuidade do processo de “organização da filantropia”, da continuação de suas protoformas, expressa-se débil por apresentar uma visão mecanicista e, sobretudo, pela insuficiência em dar conta do debate central que diz respeito ao fundamento que legitima o estatuto de profissionalidade do Serviço Social. Para o autor, o que torna o Serviço Social profissão, não é seu conjunto de saber, mas antes, as respostas que dá na divisão social e técnica<sup>6</sup> do trabalho.

É a própria intervenção deste/a agente profissional na realidade social que possibilitou, a posteriori, o questionamento da sua prática e a busca por novos procedimentos de análise e intervenção. Este processo se inicia em meados da década de 1960, quando a profissão adentra

---

<sup>6</sup> Compreendemos que não se trata somente de uma divisão social e técnica, mas fundamentalmente uma divisão social, sexual, racial e geracional do trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

num movimento de questionar sua intervenção na realidade e sua contribuição na superação do subdesenvolvimento. Tal movimento, longe de possuir uma homogeneidade, é demarcado pela constituição de três tendências no seio profissional: vertente modernizadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (Netto, 2009). Contudo, é a vertente de intenção de ruptura que possibilita a interlocução com a teoria marxista na década de 1980, e seu amadurecimento na década seguinte, propiciando os elementos teóricos, éticos e políticos fundamentais para a conformação do atual projeto profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro.

Apesar desse movimento ter possibilitado que a profissão caminhasse para a superação do *monopólio* conservador no âmago profissional e construísse bases de legitimação, vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura, isso não significa a erradicação de posturas conservadoras no interior da categoria. Pelo contrário, como observado por Netto (2009), o conservadorismo tem raízes profundas no interior da profissão e se engana quem o supuser residual. Portanto, o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional de Assistentes Sociais, pois o fato de termos construído coletivamente uma direção/projeto hegemônico – assentado na ruptura com esse conservadorismo – não significa que tais projetos não disputem hegemonia. Até porque, trata-se de um projeto hegemônico e não homogêneo.

Por isso, ao olharmos para o desenvolvimento histórico da profissão, é importante termos nítido a pluralidade de perspectivas presentes no âmago profissional, pois “a relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma *relação de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão” (Netto, 2001, p. 71). Não é sem motivos, portanto, que o respeito ao pluralismo é um princípio do Código de Ética do/a Assistente Social (1993).

É salutar enfatizar, como nos lembra Netto (1999), que todo corpo profissional é um campo de tensão e luta e que, até mesmo dentro de um coletivo que objetiva e luta por um mesmo horizonte estratégico, isto não o isenta das disputas e contradições em seu interior. Nesse sentido, entendemos que a disputa de ideias está intrinsecamente ligada à questão do pluralismo, o qual está presente nos diversos tecidos da vida social. Até mesmo porque “o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado” (Netto, 1999, p. 6). Sendo assim, precisamos entendê-lo enquanto um fenômeno da vida social, presente nos diversos âmbitos. Mas, sem perdermos de vista que:

[...] este respeito não deve ser confundido com uma tolerância liberal para o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter

como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (Netto, 1999, p. 6).

O respeito ao pluralismo não implica a ausência de debates, tampouco um processo de relativismo, mas antes, pressupõe um confronto de ideias respeitoso e democrático, em que através desta discussão com o diferente, também podemos afinar nossas verdades (Coutinho, 1991). Vale frisar, ainda, que toda essa maturidade e coerência teórica, ética e política em relação a compreensão do pluralismo na categoria, também é fruto desse movimento de ruptura que forjou essa nova cultura profissional (Mota; Rodrigues, 2020).

Assim sendo, a história do Serviço Social no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas e resistências na busca pela construção de bases de sustentação que contrapõem sua gênese. A intenção de ruptura dá elementos para essa *virada* na história profissional, cujo marco público, coletivo e emblemático é o III CBAS de 1979. Este, reconhecidamente denominado de “Congresso da Virada”, trouxe implicações extremamente significativas para a profissão, que não se reduziram ao plano imediatamente político.

Elas repercutiram na revisão dos conteúdos da formação profissional, na aderência às pautas e reivindicações dos movimentos sociais, inflexionando a adoção dos referenciais teórico-metodológicos e temáticas que transitaram da doutrina social da igreja e da sociologia funcionalista para a adoção do pensamento crítico de inspiração marxista. Assim, a virada repercutiu com força na formação profissional mudando seus conteúdos, como ilustram a criação do novo currículo de 1982, resultante da disputa de hegemonia entre os segmentos mais combativos da categoria e os de tendência conservadora e tecnicista ocorrida em 1979 na XXI Convenção Nacional da ABESS (Mota; Rodrigues, 2020, p. 202).

Nesse aspecto, as últimas décadas são marcadas pelo esforço e compromisso coletivo da categoria em significar o Serviço Social no bojo das transformações societárias, calcado no estudo e apropriação da teoria social crítica que é expressa pela elaboração direta de Marx e Engels, bem como da tradição marxista. De modo que, é a busca pelo significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais que permite desvendar sua função social. Assim, Yazbek (2009) ressalta que:

[...] a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões (Yazbek, 2009, p.3).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Expressão desse movimento, é o delineamento da concepção hegemônica do debate dos fundamentos da profissão na contemporaneidade, o qual se inclina a desvendar o imediato e apreender os elementos constitutivos do trabalho e da formação profissional que estão assentados na dinâmica da sociedade capitalista que é caracterizada pela expropriação e exploração da força de trabalho para fins de valorização permanente do capital.

O deslocamento da análise do significado social da profissão em si mesmo, isto é, de uma abordagem endógena para uma abordagem que considera e articula os aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais, rumando a uma perspectiva de totalidade, é que nos permite apreender o Serviço Social brasileiro inserido na divisão social, sexual, racial, geracional e técnica do trabalho, em um contexto de país de capitalismo dependente sustentado pelos efeitos do colonialismo e do escravismo, que são expressos nos aspectos autocráticos e autoritários que constituíram e constituem o Estado brasileiro em todas as suas formas de dominação.

Em suma, é o debate constante dos fundamentos na perspectiva da teoria social crítica que tem possibilitado a categoria apreender as bases que sustentam a sociedade capitalista e assim significar a própria função social da profissão, mas, sobretudo, construir estratégias coletivas no âmbito do trabalho e da formação profissional com vistas a fazer valer a *relativa autonomia*<sup>7</sup> da profissão.

É neste contexto que a categoria, no conjunto de suas entidades representativas (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), tem construído ações concretas que possam incidir nos aspectos vinculados às requisições do Estado burguês em tempos de crise do capital, evidenciados pelas contra-reformas, pela reestruturação produtiva, pelo avanço do ultra neoliberalismo e da abrangência escancarada de tendências fascistas.

O empenho do conjunto da categoria é explicitado em ações direcionadas para o enfrentamento, no trabalho e na formação profissional, da tecnificação que é pautada em uma racionalidade instrumental e que tende a descaracterização do fazer profissional inserido numa

---

<sup>7</sup> “A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados: no Estado (no Poder Executivo e Ministério Público, no Judiciário e no Legislativo); nas empresas capitalistas; nas organizações político-sindicais; nas organizações privadas não lucrativas e nas instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns e ouvidorias). Essas distintas inserções profissionais condicionam o trabalho concreto a realizar as condições em que se materializa a autonomia profissional e seus efeitos no processo de reprodução das relações sociais, porque são espaços ocupacionais de natureza, racionalidade e finalidades exclusivas”. (Iamamoto, 2008, p.128)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

perspectiva de totalidade regulada numa matriz crítica, guiando-se pela trilogia de intervenção, ou seja, o arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído nas últimas décadas pela profissão sustentado na razão dialética.

O universo da vida cotidiana está eivado de situações heterogêneas e, para Lukács (1976-81), há uma complexidade exponencial na compreensão dos fenômenos que ele chama “complexo de complexos”. O exercício profissional requer uma epistemologia rigorosa para conectar a particularidade da intervenção à universalidade em que estão inseridos os fenômenos imersos na vida cotidiana. Para o/a assistente social atuar ontológica e historicamente nessa totalidade, a sua ação necessita esquivar-se de fragmentações e viciações tecnocráticas, garantindo a dimensão ético-política da ação profissional, sem prejuízo do teórico-metodológico e técnico-operativo. As instituições desenvolvem protocolos que mediam o trabalho no social ancorando-se em uma tecnocracia inerente à racionalidade formal, acentuada na cultura conservadora. Há uma exacerbada preocupação com a dimensão técnico-operativa, em resposta aos protocolos. Tendencialmente, na história do Serviço Social, herdou-se do conservadorismo a preocupação com “um Serviço Social da prática” que via na execução mecânica das tarefas a maneira de legitimação profissional. A partir da erosão do Serviço Social tradicional e a impugnação do funcionalismo, quantitativismo e da superficialidade presentes na matriz conservadora (Netto, 2009), coube aos/às Assistentes Sociais fazer um caminho outro, na “intenção de ruptura” – o que possibilitou à profissão se reconstruir, calcada na inspiração marxiana e na tradição marxista.

Laicizado e diferenciado, o Serviço Social que atravessa os anos oitenta – com muito mais fidelidade que em qualquer outro momento da sua história no Brasil – expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira. (Netto, 2009, p.307).

Nesse sentido, todo o legado construído pelo Serviço Social nas últimas décadas, possibilitou que este conquistasse uma histórica e reconhecida legitimidade em diversos âmbitos, dentre os quais, acadêmico. É nesta direção que, para Mota (2016), o Serviço Social não é apenas uma profissão, mas expressa-se também, como uma área de produção do conhecimento, pois:

Suas dimensões teórica, ideopolítica e intelectual são responsáveis por um acervo de conhecimentos e socialização de princípios e ideias que, ante o espraiamento do pensamento pós-moderno, pragmático e conservador no âmbito das ciências sociais, apresenta-se como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico. (Mota, 2016, p. 173).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, tal concepção nos possibilita superar a compreensão reducionista da profissão apenas enquanto uma intervenção imediata na realidade, mas também enquanto uma intervenção mediata (Mota, 2016). Esta compreensão abre possibilidades para um novo olhar à profissão e, não obstante, também a coloca em um lugar de maior reconhecimento e legitimidade acadêmica. O conhecimento do Serviço Social, assim,

[...] enquanto produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, por sua vez, além de se fazer referenciar por essa produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de programas, políticas e projetos sociais (Mota, 2016, p. 174).

Se faz oportuno destacar, que não se trata de uma divisão entre “os/as que pensam e os/as que fazem”, pois o argumento sustentado por Mota (2016) é que existe uma unidade do diverso entre essas dimensões, mas isso não significa identidade, haja vista as distinções que se colocam entre o campo da formulação intelectual e o da atuação prático-operativa propriamente dita.

Nesse sentido, endosso a inexistência de hierarquias ou dicotomias na relação entre a produção de conhecimento e o exercício profissional. Desse modo, não forneço a ‘arma da crítica’ aos conservadores que alegam ser o pensamento crítico, de filiação marxiana, incompatível com os desígnios operativos do Serviço Social (Mota, 2016, p. 174).

A autora alude ser um grande desacerto reduzir o Serviço Social apenas a uma condição de uma prática que objetiva intervir na realidade social, voltada segmentadamente à construção de sistematizações empíricas baseadas nos objetos de atuação. Tal evento condiciona, inquestionavelmente, a profissão à atualização da tese do sincretismo aludida por Netto (2001), enquanto uma prática indiferenciada<sup>8</sup>.

Por isso, ainda na esteira da concepção de Mota (2016), não reconhecer o Serviço Social como área do conhecimento, bem como sua contribuição no campo ideológico e de formação crítica – dada toda sua trajetória de luta e resistência engendrada em solo brasileiro, calcado na tradição marxista, que possibilitou legitimidade também no âmbito acadêmico – indubitavelmente leva à concepção de que a produção intelectual poder-se-ia, numa tendência mecanicista e de matriz positivista, ser aplicada direta e imediatamente na realidade.

Afora os desafios práticos operativos que se revelam, muitas vezes, sob formas de obstáculos e desalento profissional traduzidas nas precárias condições de trabalho profissional, impõe-se fortalecer o atual lugar que o Serviço Social ocupa no espectro político-profissional e, principalmente, na produção intelectual no campo das ciências

<sup>8</sup> Para maior aprofundamento, ver: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

sociais, sob pena de reproduzirmos as práticas empiricistas, sincréticas e imediatistas, confrontadas pelas vanguardas profissionais e cuja herança encontra adeptos, que apoiados em outras teorias, metodologias e ideologias, disputam projetos societários e profissionais. (Mota; Amaral, 2014, p. 38).

A história de luta, resistência, construção política e legitimidade acadêmica que o Serviço Social brasileiro vem construindo coletivamente há longas datas, tem possibilitado a esta profissão engendrar movimentos assentados em valores que apontam para um projeto de sociabilidade que não seja o do capital. É assim que a direção social expressa no Projeto Ético-Político profissional se coloca como um legado que precisa ser defendido pelo conjunto de todos/as aqueles/as que acreditam nesta direção emancipatória da profissão.

Nesse interregno, na nossa compreensão, os grupos de estudos e pesquisas – alinhados à esta direção construída nas últimas quatro décadas pela profissão – oferecem subsídios e contribuições fundamentais para o permanente fomento da dimensão crítico-investigativa; para a superação do imediatismo e de análises simplificadas da realidade social; para a construção de estratégias profissionais diversas, frente às demandas que se apresentam nos espaços institucionais; bem como, para ampliar a produção do conhecimento crítico na área, reafirmando a contribuição teórico-intelectual estratégica nesse âmbito, tal como destacado por Mota (2016).

### III. Grupos de estudos e pesquisa: tendências e desafios contemporâneos

Todo movimento engendrado pelo Serviço Social brasileiro, especialmente nas últimas quatro décadas, a partir da *virada* na história profissional, possibilitou à categoria uma politização à esquerda (Mota; Rodrigues, 2020), contribuindo para a formação da consciência política de assistentes sociais, bem como para assumência de posturas progressistas e compromissadas com valores libertários. Tal movimento, corroborou para:

Provocar o engajamento de assistentes sociais na luta pelo fim da ditadura, determinando também uma reconfiguração profunda do coletivo profissional, mediada pela organização político-sindical e acadêmica, pelo movimento estudantil e, posteriormente, pelos Conselhos federal e nacionais, que abandonando uma postura cartorial, alteraram sua relação com a categoria e com a sociedade brasileira, incorporando temas e demandas presentes nas pautas de luta dos setores populares, entidades sindicais e movimentos sociais (Mota; Rodrigues, 2020, p. 201).

Esse marco na história da profissão, articulado às lutas mais gerais da classe trabalhadora no contexto de redemocratização do país, contribuiu para o avanço de pautas democráticas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

libertárias e para uma maior inserção de assistentes sociais nas diversas esferas da luta política, com destaque para as lutas sindicais e de movimentos sociais no campo da esquerda, pois a partir de então “os profissionais se reconhecem como parte da classe trabalhadora em sua condição de assalariamento, participe do trabalho coletivo, e se inserem nas grandes mobilizações e lutas sociais do país” (Abramides, 2019, p. 22).

Um dos saldos políticos mais importantes desse processo coletivo, foi a construção de um projeto de formação profundamente crítico e atento à dinâmica e as demandas postas pelo movimento do real, que se materializa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Este documento, se configura enquanto patrimônio da categoria profissional e como paradigma de valores éticos e políticos necessários à formação de Assistentes Sociais brasileiros/as, visto que “expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7).

A proposta de formação presente nessas Diretrizes, em consonância com a direção do Projeto Ético-Político profissional, traz os elementos necessários para a construção do perfil profissional crítico requerido pela profissão. Para alcance desse propósito, este documento menciona onze princípios que devem fundamentar a formação profissional, dentre eles: i) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; ii) adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; iii) estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; iv) indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Nestes princípios, fica evidente a preocupação com a formação de um perfil profissional crítico, que supere a mera operacionalização das políticas sociais e a reprodução do instituído. Aponta para a premente necessidade de um perfil que esteja atento aos dilemas da atualidade, que apreenda a realidade numa perspectiva de totalidade histórica, que supere a fragmentação entre ensino-pesquisa-extensão.

É nesse meandro, que os grupos de estudos e pesquisas também se constituem enquanto mediação fundamental de avigoreamento dessa proposta crítica para a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais – sobretudo, nesta quadra histórica de tantas ameaças ao

pensamento crítico, de imensos retrocessos à educação superior, à pesquisa, de exacerbado negacionismo e deslegitimação do conhecimento científico.

A ABEPSS, enquanto guardiã e defensora do projeto crítico de formação do Serviço Social, reafirma não apenas essa concepção como, fundamentalmente, a necessidade da transversalidade da pesquisa no âmbito da graduação e pós-graduação, bem como potencializa a formação de pesquisadores/as na área quando, em 2010, cria os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), como estratégia político-acadêmico-científica e espaço de articulação das pesquisas e produção de conhecimento da profissão. Assim, evidencia que:

Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas (ABEPSS, s/d).

No contexto hodierno, em julho de 2024, frente a preocupação com a internacionalização de pesquisas acadêmico-científicas, no contexto do processo de Bolonha, a ABEPSS forja o importante debate acerca da internacionalização em Serviço Social, na perspectiva de promover a interlocução entre estudantes e pesquisadores da área do Serviço Social, entidades e redes de pesquisa internacionais; discutir a particularidade da pesquisa e da pós-graduação, e subsidiar a entidade/ABEPSS na formulação da política de relações internacionais<sup>9</sup>, em sintonia com o Projeto Ético-Político profissional, haja vista que tal postura “é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social” (ABEPSS, 1996, p. 13).

Nos aspectos aludidos, os grupos de estudos e pesquisas expressam a perspectiva de coletividade e democracia em convergência com os princípios éticos fundamentais da profissão. Potencializam, neste sentido, as possibilidades investigativas e interventivas da profissão e fortifica a necessária construção de projetos de trabalho e planos de intervenção de forma coletiva, capazes de captar as contradições e construir/forjar as resistências e planos de lutas

---

<sup>9</sup> Mais informações disponíveis em <https://www.abepss.org.br/noticias/i-seminario-internacional-formacao-posgraduacao-e-internacionalizacao-em-servico-social-sera-em-julho-655> Acesso em 26/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

alinhados com as entidades representativas da categoria, e estão também as tendências para o enfrentamento do ainda presente ‘distanciamento’ entre universidade e espaços sócio-ocupacionais de diferentes áreas e instituições sociais, na medida que articulam diferentes protagonistas da profissão e sujeitos de diferentes tempos históricos quando, por exemplo, contribuem para a articulação entre estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, etc.

Ademais, cumpre o propósito político hegemônico de “formação de quadros” de significativa massa crítica na profissão, vigilantes do projeto ético-político destinados/as a militância da cultura emancipatória do Serviço Social brasileiro e obviamente comprometidos/as eticamente com a educação permanente.

No que concerne às tendências e os desafios para os grupos de estudos na contemporaneidade, destacamos: a constituição de redes de grupos e redes de pesquisas para adensar os estudos que envolvem objeto do Serviço Social. Ressaltamos, inclusive, que as redes se configuram e podem se constituir como espaços importantes de construção de estratégias e resistências coletivas de enfrentamento da visão anti-ciência e, ainda, fazerem coro às diversas lutas contra os cortes brutais no orçamento acadêmico que atacam frontalmente a produção científica e tecnológica.

Nesse contexto, se faz oportuno sinalizar redes como: i) a experiência que vem sendo forjada em Minas Gerais, desde o final de 2019, através da Rede Mineira de Grupo de Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social (ReMGEFSS)<sup>10</sup>; ii) a Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do/a Assistente Social (RETAS)<sup>11</sup>, ativa desde 2016; iii) a Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social/Trabalho Social (RED)<sup>12</sup>, cuja gênese foi em 2013<sup>13</sup>.

Os grupos de estudos e pesquisas, portanto, nos seus amplos campos temáticos, em coerência com os GTPs da ABEPSS, expressam as múltiplas mediações do complexo de mediações que envolvem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, a produção do conhecimento, a formação e o exercício profissional. No entanto, no que concerne a produção de conhecimento cabe atenção e vigília permanente ao projeto de educação e formação que

---

<sup>10</sup> Para maiores informações, acesse: **Entrevista com Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social - ReMGEFSS**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/32935>.

<sup>11</sup> Mais informações disponíveis em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B49KnRXV8tSF4jksVfcyr9g/>

<sup>12</sup> Mais informações disponíveis em <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/37324/24366>

<sup>13</sup> Idem.



defendemos, que também tem como horizonte o enfrentamento ao produtivismo acadêmico e reflexões não raras vezes superficiais e que expressam inclusive cisão entre teoria e prática e interfaces com ecletismo.

Nesta seara de reflexões, acreditamos ser necessário cada vez mais forjarmos espaços coletivos de formação teórico-política, ética e compromissada com a cultura profissional construída pelo Serviço Social renovado. E, indubitavelmente, os grupos e redes de estudos e pesquisas se colocam como espaços estratégicos e fundamentais para o permanente fomento desta direção emancipatória e, ainda, como *locus* privilegiado de produção crítica de conhecimento na área – o que potencializa e ratifica as reflexões feitas por Mota (2016) sobre o Serviço Social como área de conhecimento.

#### **IV. Ponto de chegada**

Com base em Florestan Fernandes (1977,p.5), consideramos que a “história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classe em conflito, que fecham ou abrem os circuitos da história”. Assim, compreendendo que é na história que nós, homens e mulheres, nos construímos cotidianamente e também construímos as possibilidades históricas de superação da realidade, que aqui sinalizamos alguns circuitos conclusivos.

O primeiro é que, foi a construção desta nova cultura profissional no interior do Serviço Social Brasileiro, compromissada com valores democráticos e emancipatórios, que possibilitou à profissão forjar uma maturidade intelectual, teórica e ético-política, comprometida com a crítica radical à sociabilidade do capital e com a construção de uma sociedade radicalmente livre de exploração/opressão. Tal feito, contribuiu decisivamente para que pudéssemos construir um projeto de formação profundamente crítico e atento à dinâmica do real, em que o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, se coloca enquanto um dos princípios formativos – o que demanda, a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão do processo histórico como totalidade.

Este movimento, forjado pelo Serviço Social renovado, cujas contribuições advêm da aproximação com a produção de Marx e Engels e da tradição marxista, também exige um olhar não apenas crítico, mas acentuadamente investigativo da realidade, para que nela possamos atuar. Não sem motivos, que as dimensões investigativa e interventiva também são compreendidas como indissociáveis, elencadas como princípios formativos e condição central da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

formação profissional, bem como da relação teoria e realidade nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Esses elementos, bem como as reflexões tecidas ao longo do texto, chancelam os espaços dos grupos de estudos e pesquisas enquanto estratégicos e imprescindíveis para a garantia dessa proposta de formação. Reafirmam estes enquanto fundamentais para o fortalecimento do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, por serem espaços que qualificam a formação e o trabalho e, não obstante, como estratégicos para o fortalecimento da direção sociopolítica do Projeto Ético-Político profissional.

Além disso, também corroboram para a percepção de que esses espaços coletivos dos grupos de estudos e pesquisas no âmbito da formação e graduada e/ou pós-graduada, e alinhados à direção dos GTPs da ABEPSS, cumprem também uma função ético-política para além do âmbito imediatamente formativo: podem se constituir como espaços de formação de quadros políticos no âmbito da profissão, de articulação de sujeitos de diferentes tempos históricos-formativos, de respeito à diversidade e promoção de debates democráticos e, ainda, de superação do distanciamento entre a universidade e espaços do trabalho profissional – o que, também poderia ser compreendido como uma contribuição para a superação da velha e famigerada polêmica de que “na prática a teoria é outra”.

É com a certeza na frente e a história na mão<sup>14</sup>, que encerramos estas reflexões plenos/as de que os desafios do tempo presente são enormes e que cada vez mais temos sido desafiados/as a construir respostas para a formação e o trabalho profissional, frente às velhas e novas requisições que tem se colocado para a profissão. Como certo, temos que a defesa do legado crítico construído pelo Serviço Social deve ser tarefa imperativa e cotidiana de todos/as que apostam no projeto emancipatório da profissão. Isto implica, sem dúvidas, avançarmos na construção e consolidação dos grupos de estudos e pesquisas na área, enquanto estratégia fundamental de fortalecimento do projeto de formação sustentado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Encerramos, assim, com as potentes reflexões de nossa mestra Marilda lamamoto quando nos lembra que:

*O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.*

*(Marilda lamamoto. O Serviço Social na Contemporaneidade).*

---

<sup>14</sup> Referência à música “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Referências

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. 1996. Disponível em [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 09 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. *Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS*: nº 4. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Os circuitos da história*. São Paulo: Hucitec, 1977.

IAMAMOTO, M.V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n 21, pg. 117-139, Jul, 2008.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução: Nélío Shneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: \_\_\_\_\_ (org). *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 23-43.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: OLIVEIRA e SILVA (org). *Serviço Social no Brasil – histórias de resistência e de lutas contra o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-182.

MOTA, A. E; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social*, Lisboa, 1999. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. *Cotidiano conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. *O significado sócio-histórico da profissão*. Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.